

# TAMBORES SILENCIOSOS: a saga dos objetos de terreiros no acervo do IHGSE\*

Beatriz Góis Dantas\*\*

SILENT DRUMS: the saga of the  
objects in the IHGSE's religious  
grounds collection

## RESUMO

Os processos de construção de memória consistem em pôr em destaque e valorizar certos aspectos de um dado evento, enquanto outros são deixados na penumbra. Silêncio e esquecimento são, portanto, elementos constitutivos da memória, que é seletiva por excelência. O trabalho desenvolve uma reflexão sobre as peças dos cultos afro-brasileiros que adentraram o IHGSE, em 1946, como resultado de ações policiais e aí permaneceram, por mais de 60 anos, carentes de informações e referências na bibliografia sobre os cultos afro-sergipanos. Analisa-se o contexto em que a doação foi feita ao Instituto, sua localização no conjunto do acervo da instituição e aponta-se a necessidade de estudos articulados com a postura dos intelectuais locais sobre os cultos afro-sergipanos.

**Palavras-chave:** religiões afro-brasileiras, museu, Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

## ABSTRACT

The processes of memory construction consists of highlighting and enhancing certain aspects of a given event, while others are left in the dark. Silence and oblivion are, therefore, constituent elements of memory, which is selective for excellence. This paper develops a reflection on the african-Brazilians cults pieces that integrated the IHGSE library in 1946, as a result of police actions, remaining there for more than 60 years lacking of information about provenance and without references in the african-Sergipeans cults literature. It also intends to analyze the context in which the donation was made to the Institute, its location in the library and reminds to the needs of articulated studies on the stance of local intellectuals about the african-Sergipeans cults.

**Keywords:** african-Brazilian religions, Museum, Historical and Geographical Institute of Sergipe.

\* Texto ampliado da palestra "O IHGSE e a memória dos terreiros" proferida no IHGSE, durante a *VII Primavera dos Museus* (IBRAM/ IHGSE), em 24 de setembro de 2013.

\*\* Antropóloga, professora emérita da UFS, membro da ALL

## INTRODUÇÃO

O tema que me foi proposto – O IHGSE e a memória dos terreiros – de imediato, remete a um conjunto de objetos vinculados aos cultos afro-brasileiros que se encontram no acervo do Instituto. É, pois, sobre esse acervo que vou me deter, tomando como fio condutor a ideia de que sobre ele pesa o silêncio.

Silêncio e esquecimento são elementos constitutivos da memória, que é seletiva por excelência. Os processos de construção de memória consistem em pôr em destaque e valorizar certos aspectos de um dado evento, enquanto outros são deixados na penumbra. Mas, como adverte Pollak:

(...) a significação do silêncio sobre o passado não remete forçosamente à oposição Estado dominador e sociedade civil. Encontramos com frequência esse problema nas relações entre grupos minoritários e sociedade englobante.<sup>1</sup>

Essas ideias servirão como pano de fundo e inspiração teórica para acompanhar o trajeto dos objetos dos terreiros de Aracaju abrigados no IHGSE.

Como lugares de memória, institutos históricos estaduais têm vocação preservacionista e de construção/reconstrução da memória local. Se a ênfase maior costuma ser posta nas elites,<sup>2</sup> não resta a menor dúvida que grupos diversos estão aí representados através de artefatos indígenas e de objetos vinculados aos terreiros, célula de um modo de vida e ritos religiosos relacionados originariamente com o negro. Desse modo, os três grupamentos étnicos básicos formadores do Brasil estão aí representados.

---

<sup>1</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. v.2, n.3. Rio de Janeiro, 1989. p. 5.

<sup>2</sup> SCHWARCZ, Lília. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Alguns dos Institutos estaduais localizados no Nordeste abrigam em seus acervos, entre muitos outros objetos, coleções de artefatos relacionados com as religiões afro-brasileiras. Um rápido resumo sobre alguns casos ajudará a contextualizar e perceber as semelhanças e nuances específicas da trajetória dos objetos de terreiros sob a guarda do IHGSE.

Na Bahia, onde se iniciaram os estudos sobre o negro no Brasil, no fim do século XIX, esses objetos eram retirados dos terreiros para fins de pesquisa ou, muito mais frequentemente, através da ação da polícia que perseguia os candomblés. Desse modo, pensava-se em acabar com os cultos que, na visão dos evolucionistas, eram manifestações de atraso.

Cabe lembrar que, desde a Constituição de 1891, assegurava-se liberdade de culto, mas práticas dos terreiros eram vistas como quebra do sossego público, exercício ilegal da medicina, curandeirismo, feitiçaria, portanto, imputáveis como crimes pelo Código Penal.<sup>3</sup>

Nina Rodrigues, pioneiro na pesquisa das religiões de matriz africana, discordava da repressão aos cultos, considerando-a inócua, porque se fazia com base num Código Penal por ele considerado anacrônico, na medida em que colocava negros e brancos em pé de igualdade jurídica. A seu ver, as leis para julgar negros deveriam ser diferentes e adequadas à inferioridade inata das raças não brancas.<sup>4</sup> Apesar da sua tese racista, Nina Rodrigues foi generoso para com os seguidores do candomblé, denunciando as perseguições noticiadas nos jornais e a violência praticada nessas invasões de casas de santo.

Com frequência, objetos sagrados eram destruídos no próprio local do terreiro, mas se preservava uma parte que era levada para a delegacia como prova dos crimes de que os adeptos dos cultos eram acusados. Após as formalidades legais, objetos dos terreiros poderiam ser encaminhados aos museus. Por meio desse expediente repressivo, formaram-se muitas das coleções afro-brasileiras, hoje sob a guarda de instituições de memória. Nesses espaços, ganharam novos significados:

---

<sup>3</sup> DANTAS, Beatriz Góis. *De feitiçeiros a comunistas: acusações sobre o candomblé*. Dédalo. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. n.º 23. São Paulo, 1984. p. 97-116.

<sup>4</sup> RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1977.

eram testemunhos da contribuição do negro à formação cultural do País, interpretada de acordo com as teorias e ideologias em voga.

Objetos provenientes dos terreiros foram recolhidos ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, pelo menos desde a década de 20. O jornal *A Tarde* registrou doação de material em 1920 e, pouco depois, informava, em 1926, que o Secretário Perpétuo do Instituto fora convidado a ir à delegacia de polícia; para fazer a seleção de objetos resultantes de invasão de candomblés. Há outras entradas de material, em 1936, todas elas registradas nos jornais transcritos por Angela Luhining,<sup>5</sup> estudiosa das perseguições aos terreiros baianos na Primeira República. Isso indica que havia uma prática usual de encaminhar aos museus as peças retiradas dos centros de culto afro-brasileiros pela repressão.<sup>6</sup>

No vizinho estado de Alagoas, onde o Instituto é depositário de uma das mais famosas coleções de objetos vinculados aos cultos afro-brasileiros existentes no Brasil, o ingresso das peças na instituição é bem mais recente e aí chegou por vias mais tortuosas.

A recolha dos objetos foi resultante da perseguição e destruição dos terreiros de Maceió, levadas a cabo em 1912, no bojo de uma luta política entre famílias oligarcas do Estado. Tal questão foi desencadeada pela “Liga dos Republicanos Combatentes, sociedade de fins político-partidários e carbonários, destinada à agitação popular contra o Governo do Estado”, à época, ocupado por Euclides Malta, acusado de proteger e frequentar os xangôs da cidade.<sup>7</sup> A Liga, aliada ao partido de oposição, promoveu o “quebra-quebra”, uma operação espetacular e, talvez, a de maior visibilidade contra os terreiros durante a República Velha. Uma vez no poder, persistiu a perseguição, agora com o aparato legal da polícia, que impedia a reorganização dos cultos, forçava a mi-

---

<sup>5</sup> LUHNING, Angela. “Acabe com esse santo, Pedrito vem aí...”. *Revista da USP*. São Paulo, 1995/96. p.195-220.

<sup>6</sup> Em outros lugares as peças recolhidas pela polícia foram encaminhadas para o Museu do Estado como é o caso de Pernambuco, enquanto no Rio de Janeiro os objetos dos cultos foram incorporados ao Museu da Polícia. Ver MAGGIE, Yvonne. *O medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

<sup>7</sup> DUARTE, Abelardo. *Catálogo Ilustrado da Coleção Perseverança*. Maceió, 1974, p.12.

gração dos chefes de terreiro, dando origem a uma modalidade ritual, o chamado “xangô rezado baixo”, realizado sem toque de tambores, como forma de driblar a repressão.<sup>8</sup>

O “espólio da guerra” contra os xangôs alagoanos foi recolhido inicialmente no Museu da Sociedade Perseverança e Auxílio dos Empregados no Comércio, onde permaneceu por mais de trinta anos, até que, por solicitação, foi doada ao Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Deu entrada na Instituição, em 1950, por iniciativa desta, visando a evitar a perda e dispersão do importante acervo que despertara o interesse de entidades norte-americanas.<sup>9</sup> Desde então, o conjunto de peças que recebeu a denominação de Coleção Perseverança tem sido objeto de renovados estudos e tratamento museológico. Importantes figuras da Antropologia e da Museologia alagoana, como Abelardo Duarte, Théo Brandão, Carmem Lúcia Dantas têm-se ocupado dessa coleção, estudada também por antropólogos do Sudeste, como Yvonne Maggie e Raul Lody.<sup>10</sup> A Coleção Perseverança hoje figura como um dos maiores atrativos da Instituição.

Quando comparada ao acervo de peças provenientes do segmento afro-nordestino, aqui representado pelas duas coleções acima referidas, a coleção do IHGSE tem um ponto em comum com ambas, pois resultou de ações repressivas aos terreiros de Aracaju. Entretanto, sua história é marcada por longo silêncio. A origem dos objetos só foi conhecida recentemente, com a revelação de documentos que atestam sua procedência dos centros de culto da cidade perseguidos pela polícia na década de 40.

<sup>8</sup> RAFAEL, Ulisses Neves. *Xangô Rezado Baixo: Religião e Política na Primeira República*. São Cristóvão: Editora da UFS, 2012.

<sup>9</sup> DUARTE, Abelardo. *Catálogo Ilustrado da Coleção Perseverança*. Maceió, 1974.

<sup>10</sup> DUARTE, Abelardo. *Catálogo Ilustrado da Coleção Perseverança*. Maceió, 1974; LODY, Raul. A coleção enquanto testemunho do xangô pernambucano. A cultura material dos terreiros de xangô. IN: PERNAMBUCO, Museu do Estado. *Coleção culto afro-brasileiro – um testemunho do xangô pernambucano*. Recife, 1983. p. 13-17; MAGGIE, Yvonne. *Arte ou magia negra? Relatório apresentado à Funarte*. (mimeo). 1979.

## 1. A DÉCADA DE 40 E OS CULTOS AFRO-BRASILEIROS EM ARACAJU

No segmento das religiões afro-brasileiras em Aracaju, a década de 40 foi marcada pela visibilidade dos terreiros junto ao público externo. Esse fenômeno tem relação com o crescimento do número de casas de culto, que desde a década anterior se ampliava com a presença de pais de santo vindos da Bahia, trazendo o *feitorio de santo*, um conjunto de elaborados rituais de iniciação de fiéis. Desse modo, contribuíram para diversificar a tradição local dos nagôs e dos torés e ampliar o número de seguidores e de chefes que abriam novos terreiros.<sup>11</sup>

Emblemático é o que se passou com Nanã, nome pelo qual ficou conhecida Erundina Nobre dos Santos, conhecida mãe de santo de Aracaju. Oriunda de Riachuelo, após experiências religiosas e de cura, abriu um centro na capital, fazendo sessões e trabalhando com um Preto Velho conhecido como Pai João e algumas entidades caboclas. Seu centro era um toré, segundo as classificações nativas, e sua dirigente não era feita, ou seja, não passara pelos complexos rituais de iniciação tão marcantes no candomblé baiano. No início da década de 40, ela submeteu-se ao *feitorio de santo* pelas mãos de Zequinha do Pará, um pai de santo de Alagoinhas-BA, que montou terreiro no Siqueira Campos e passou a recolher candidatos à iniciação. Esta incluía reclusão na camarinha, raspagem de cabeça, cortes no corpo, sacrifícios de animais, enfim, uma série de procedimentos ritualísticos conhecidos como *feitura de santo*. Legitimada pela autoridade de mãe de santo feita, Nanã iniciou novos fiéis, ampliando seu corpo de seguidores e qualificando-os para abrir novas casas de culto. Os *barcos*, nome que designa o conjunto de

<sup>11</sup> OLIVEIRA, Agamenon Guimarães de. Candomblé Sergipano: Subsídios para sua História. Cadernos de Folclore Sergipano. n 4. Aracaju, 1978. DANTAS, Beatriz Góis. Vovó Nagô e Papai Branco. Rio de Janeiro: Graal, 1988. MAIA, Janaina Couvo Teixeira. Umbanda em Aracaju. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 1998. Monografia (Graduação em História).

pessoas que juntas se submetem à iniciação, foram-se tornando cada vez maiores e mais frequentes, enquanto os muitos filhos saídos das águas de Mãe Nanã foram abrindo terreiros em cidades do interior e em outros estados como Alagoas, Pernambuco, Rio e São Paulo, mas, sobretudo, em Aracaju.<sup>12</sup>

Espalhados principalmente nas zonas periféricas da cidade, os terreiros multiplicaram-se. Registros de sua presença aparecem na Getimana, no Grajeru, na Atalaia, na Jabotiana, no Dezoito do Forte, na Cidade Nova, na Tebaida, nas Cabeludas, na Rua do Bonfim, na Rua da Vitória, na Rua Porto da Folha, atrás da Alto de Dona Bebé, atrás da Caixa d' Água e no Aribé, nome antigo do atual Bairro Si-queira Campos.

Essa geografia dos cultos afro-brasileiros foi-se delineando no espaço, a partir da atuação de pais e mães de santo, como Adelaide, Anadir, Bailó, Bilina Laicó, Cícero, Daniel, Didi Paraízo, Elisa, Faberã, Fausta, Isabel Gorda, Jesus, João Cabecinha, José de Abacossô, Maria Paulina, Maria de Pelage, Maria José das Areias, Miúdo, Nanã, Santa de Caçador, Sula e muitos outros. Alguns desses nomes aparecem em raras fontes escritas da época, mas se fazem presentes, sobretudo, na tradição oral dos praticantes dos cultos, salvas do esquecimento pelo registro pioneiro de Agamenon Oliveira e, posteriormente, pelos trabalhos de Janaína Aguiar.<sup>13</sup>

Nesse movimento de ampliação do número de centros de cultos e de adeptos, ampliou-se também o número de reclamantes. Estes investiram contra o barulho dos tambores e as reclamações chegaram aos jornais, onde repercutiram sob a forma de notas e comentários,

---

<sup>12</sup> DANTAS, Beatriz Góis. Nanã de Aracaju: trajetória de uma mãe plural. In: *Caminhos da Alma: memória afro-brasileira*. SILVA, Wagner Gonçalves da (org). São Paulo: Summus, 2002. P.89-131.

<sup>13</sup> OLIVEIRA, Agamenon Guimarães de. *Candomblé Sergipano: Subsídios para sua História*. Cadernos de Folclore Sergipano. n 4. Aracaju, 1978. AGUIAR, Janaína. "Brincadeiras de Santo": uma contribuição à história dos antigos cultos afro-brasileiros em Aracaju-SE (1920-1960). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2008. Monografia para obtenção do Bacharelado em História.

espremidos nas colunas, algumas vezes na primeira página e, somente muito mais tarde, em grandes manchetes.<sup>14</sup>

Ao pedirem a ação da polícia, tais notas acrescentavam à acusação de quebra do sossego público argumentos outros como atentado à civilização, à moral, aos bons costumes, como se pode ver abaixo, num registro de 1939:

“Toré” na Getimana

A nossa reportagem constatou, ontem, a existência de um “toré” na Getimana, dirigido por um grupo de pretos que se entregam, ainda hoje, ao fetichismo africano. Lamentável é que os cafusos que organizam a extravagante festa, onde os atabaques e abocós entram num barulheira infernal, incorporem ao grupo creanças que deveriam ser encaminhadas á escola.

A polícia deve dar um passeio áquela zona e acabar com o tal “toré”, que é um atentado á moral e á civilização.<sup>15</sup>

No mesmo diapasão, em 1941, o jornal *O Nordeste*, edição de 18 de março, sob o título *Espiritismo ou Changô*, chamava

Atenção da polícia para a praga de feitiçaria que lavra na cidade (...). Uma meia dúzia de malandros que encontram nas negras práticas de feitiçaria um bom meio de vida desde que lhes garante a subsistência sem trabalho, vivem por aí impunes rufando os tambores as nossas barbas e às barbas da Polícia.

---

<sup>14</sup> Nas décadas de 20-40, as notícias sobre os terreiros são de difícil localização nos jornais, por serem discretas e devido à própria apresentação dos periódicos. A pesquisa exige persistente e demorada consulta, esta hoje facilitada pela digitalização dos periódicos. A partir dos anos 50, há algumas manchetes mais sensacionalistas, mas o assunto ganha destaque, sobretudo por ocasião da morte de importantes chefes de terreiros, ou das festas na praia, quando estas se tornam atrativos turísticos a partir dos anos 80. Ver MANDARINO, Ana Cristina de Souza. *(Não) deu na primeira página: macumba, loucura e criminalidade*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2007.

<sup>15</sup> *Correio de Aracaju*, 18 de fevereiro de 1939 p.1



Esse incitamento à ação da polícia contra “meia dúzia de malandros” e não contra todos os terreiros é indicativo da seletividade da perseguição informada por critérios os mais diversos. Entre estes, os interesses políticos não podem ser menosprezados, o que gera no interior do segmento dos cultos uma rede de proteção para uns, enquanto se perseguem outros.<sup>16</sup>

É o que sugere uma notícia publicada em 1948, no *Sergipe Jornal*, órgão de oposição ao governo, ao informar que o Secretário de Segurança Pública frequentava terreiros de macumbas e candomblés “tendo se tornado amigo íntimo dos macumbeiros.” Se por trás da denúncia há clara intenção de desqualificar opositores, não resta dúvida que a crença nos poderes do feitiço e da magia também traz sua parcela de proteção a certos terreiros. Os próprios integrantes dos cultos admitem isso e já percebera João do Rio, no início do século XX, ao constatar que a relação dos brancos ricos com o candomblé é como uma amante, financiada, mas mantida em segredo.<sup>17</sup>

A pesquisadora Ivonne Maggie, em instigante trabalho intitulado *Medo do Feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*, mostrou como a crença comum no feitiço, partilhada por perseguidores e repressores, entra na conformação desse campo religioso. Sua pesquisa foi realizada no Rio de Janeiro, com base em processos criminais contra pais de santo acusados de serem feiticeiros e curandeiros e nas peças do Museu da Polícia que naquela cidade abriga uma parte do espólio das perseguições aos terreiros.<sup>18</sup>

Por seu turno, hão de levar-se em conta as iniciativas de pais e mães de santo; ao incentivarem familiares para seguir a carreira de policial.<sup>19</sup>

---

<sup>16</sup> DANTAS, Beatriz Góis. De feiticeiros a comunistas: acusações sobre o candomblé. *Dédalo*. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. n° 23. São Paulo, 1984. p. 97-116.

<sup>17</sup> Ver BARRETO, Paulo (João do Rio). *As religiões no Rio*. Rio de Janeiro: Simões, 1951.

<sup>18</sup> MAGGIE, Yvonne. *O medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

<sup>19</sup> MANDARINO, Ana Cristina de Souza. *(Não) deu na primeira página: macumba, loucura e criminalidade*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2007.

Desse modo, podem contar com aliados no esquema de repressão e driblar as leis, sempre maleáveis em sua aplicação, sujeitas ao famoso jeitinho brasileiro, em que o apadrinhamento de alguém importante é um salvo conduto.

Em suma, como bem resumiu Peter Fry:

A história da formação das relações raciais é seguramente uma história de conflitos e alianças entre brancos e negros, uma complexa e intrincada trama de oposições e convívios, de ódios e paixões, de repugnâncias e acolhimentos.<sup>20</sup>

Em face disso, cabe matizar um pouco a relação da elite local com os terreiros e suas atitudes em relação a certas práticas policiais das quais resultou o encaminhamento de peças para os museus.

Os depoimentos dos adeptos das religiões afro-brasileiras, em cujas memórias estão guardadas as cenas de violência das batidas policiais, registram o desfile dos seguidores dos cultos até a delegacia com os objetos rituais na cabeça<sup>21</sup>, fato que tem sido interpretado como uma tentativa de desmoralização dos adeptos dos cultos. Todavia, convém lembrar que essa prática atendia a uma das exigências dos procedimentos legais, pois, segundo Ivone Maggie em sua obra já citada, era necessário apresentar às autoridades as provas do crime. Esses objetos – instrumentos musicais, restos dos sacrifícios, adornos rituais, entre outros – uma vez concluídos os trabalhos policiais e registrados nos autos do processo, ficavam atravancando as delegacias. Eventualmente, eram encaminhados aos museus, aos centros de cultura e de preservação, como é o caso do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, porque

---

<sup>20</sup> FRY, Peter. Prefácio a Beatriz Góis Dantas, *Vovó Nagô e Papai Branco*. Rio de Janeiro, Graal, 1988, p. 14.

<sup>21</sup> OLIVEIRA, Agamenon Guimarães de. *Candomblé Sergipano: Subsídios para sua História*. Cadernos de Folclore Sergipano. n 4. Aracaju, 1978. AGUIAR, Janaína. “*Brincadeiras de Santo*”: uma contribuição à história dos antigos cultos afro-brasileiros em Aracaju-SE (1920-1960). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2008. Monografia para obtenção do Bacharelado em História.

também tinham outros significados. Daí a importância de ampliar o olhar para ver o que se passa entre os intelectuais.

## 2. DESVELANDO MISTÉRIOS: OS DOCUMENTOS DE DOAÇÃO

Os objetos dos cultos afro-brasileiros chegaram ao IHGSE, no ano de 1946, durante a Presidência de José Calasans Brandão da Silva (06.08.1945 a 09.08.1947). Por essa época, a instituição, fundada em 1912, dispunha de bastante espaço físico, pois em 1939 fora inaugurada sua ampla e moderna sede, onde se abrigavam várias instituições<sup>22</sup> e órgãos específicos da entidade, como a Biblioteca, o Arquivo e o Museu.

O Presidente era homem sensível às questões culturais e do patrimônio histórico e artístico conforme indica o ligeiro itinerário intelectual da época que viveu em Sergipe, resumidamente apresentado a seguir.

Calasans, a exemplo de muitos outros sergipanos de sua geração, estudou na Bahia. Retornando de Salvador, em 1938, onde cursou Direito, logo se associou ao IHGSE. Tornou-se professor de História, passando a fazer pesquisas e publicar importantes obras sobre Sergipe, ao tempo em que também escrevia para jornais. Interessou-se pelo patrimônio histórico edificado e acompanhou Rodrigo de Melo Franco, quando este veio a Sergipe, tornando-se delegado do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), no plano estadual, em 1941. Neste mesmo ano, fazia parte da diretoria do Instituto, ocupando a Secretaria Geral, cujo titular, de conformidade com o estatuto da entidade, era responsável pelo Museu, Arquivo e Biblioteca. Nessa condição, empenhou-se em ampliar o acervo museográfico da Instituição, registrando em ata de 6 de agosto de 1941, o fato de que o IHGS recebera “interessantes e históricos objetos” para o Museu.

---

<sup>22</sup> Em diferentes momentos o prédio do IHGSE sediou a Academia Sergipana de Letras, a Associação Sergipana de Imprensa, a Sociedade de Cultura Franco Brasileira, a Rádio Aperipê, entre outras entidades.

Logo depois, Calasans tornou-se orador e foi agraciado com o título de sócio honorário, a mais alta honraria do IHGSE à época, portanto, reconhecido pelos seus pares como um quadro destacado da entidade. Desse modo, em agosto de 1945, assumiu a presidência muito jovem, com apenas 30 anos de idade.<sup>23</sup>

Ainda no primeiro ano de sua gestão, em abril de 1946, recebeu os objetos encaminhados pelo Chefe de Polícia, Armando Leite Rolemberg, através de ofício, onde se lê:

Considerando a originalidade o material que este acompanha e apreendido pela Polícia, dos adeptos do baixo espiritismo, quando no exercício da macumba, tomou esta chefia a deliberação de enviá-lo a este Sodalício, onde, de certo, despertará a curiosidade dos que se interessam pelo tradicionalismo.<sup>24</sup>

Seguindo a praxe da Instituição, o Presidente comunicou aos confrades a “doação de numerosas peças usadas pelos que se dão às práticas de xangô, macumba e candomblé”,<sup>25</sup> e, em 21 de maio, oficiou ao Chefe de Polícia, agradecendo a oferta do material enviado.

Acusamos o recebimento do material de macumba que a polícia, ora sob Vossa esclarecida Chefia, retirou das mãos de patrícios nossos não suficientemente esclarecidos que se entregam à prática de ritos religiosos, de esfera que a autoridade pública reconheceu prejudicial ao meio social, venho agradecer-vos, em nome deste Instituto, a oferta do referido material, que será guardado com o

---

<sup>23</sup> DANTAS, Ibarê. *História da Casa de Sergipe*. Os 100 anos do IHGSE, 1912/2012. São Cristóvão: Editora da UFS, 2012, p. 177. COSTA, Silvânia Santana. José Calasans Brandão da Silva em Sergipe: redes de sociabilidades construídas e espaços ocupados. *Revista do IHGSE*, n. 42, 2012, p. 121-141.

<sup>24</sup> Ofício Chefe de Polícia ao Presidente do IHGSE. Arquivo do IHGSE n. 3136 Cx 52. Embora haja referência a esse documento na Revista do IHGS n. 19, [1945-1948] p. 199, seu conteúdo era desconhecido.

<sup>25</sup> Em reunião da diretoria do dia 23 de abril de 1946 cf Revista do IHGSE n. 19, [1945-1948] p. 199.

devido zelo, como documento comprovador de ocorrência de ritos religiosos exóticos.<sup>26</sup>

Os documentos acima que atestam a origem e a data de ingresso das peças do IHGSE permaneceram esquecidos por mais de 50 anos. Vieram a lume no processo de revitalização da entidade iniciado em 2003, quando Itamar Freitas, diretor do Arquivo e da Biblioteca da Instituição, à frente de sua laboriosa equipe de estagiários, encontrou o ofício de Calasans, documento que passou a ser incorporado aos registros do acervo da entidade e aos trabalhos acadêmicos dos pesquisadores.<sup>27</sup>

Retorno, portanto, ao momento de ingresso das peças na instituição e, particularmente, ao seu enquadramento em relação ao acervo já existente. Por essa época, o Museu do IHGSE, ou parte dele, encontrava-se no terceiro pavimento que fora remodelado com tal finalidade, como informara Epifânio Dória, em reunião da diretoria de 6 de junho de 1945.<sup>28</sup>

### 3. O LUGAR DOS OBJETOS NA INSTITUIÇÃO

As peças oriundas dos terreiros foram recolhidas em uma sala e delas se tem notícia através de uma reportagem do jornalista Ruben Vergara, publicada no *Sergipe Jornal*, em 9 de outubro de 1946. Ele fora ao IHGS em busca de notícias sobre o malogrado Congresso de

<sup>26</sup> Documento do IHGSE – Ofício n. 15 transcrito a partir de AGUIAR, Janaína. “*Brincadeiras de Santo*”: uma contribuição à história dos antigos cultos afro-brasileiros em Aracaju-SE (1920-1960). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2008. Monografia para obtenção do Bacharelado em História. Não localizado no Arquivo em setembro de 2013.

<sup>27</sup> AGUIAR, Janaína. “*Brincadeiras de Santo*”: uma contribuição à história dos antigos cultos afro-brasileiros em Aracaju-SE (1920-1960). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2008. Monografia para obtenção do Bacharelado em História. AGUIAR, Janaína. Objetos exóticos e do baixo espiritismo: a memória da repressão da polícia aos terreiros de Aracaju no acervo do IHGSE. In: *Revista Museitec*. Vol. 1. Número 1, Dezembro 2012. <https://sites.google.com/site/revistamuseitec/>. Acessado em agosto de 2013.

<sup>28</sup> Cf. Revista do IHGSE, n.19. [1945-1948], p. 173.

História e Geografia que Calasans idealizara, mas não chegou a realizar.<sup>29</sup> O Presidente negou-se a falar sobre o assunto, mas levou o jornalista a percorrer as várias salas onde estavam depositados os objetos da memória dos sergipanos. Nas palavras de Vergara:

O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe está cheio de salas. Antes elas eram divisões no espaço, hoje são divisões no tempo. O Prof. José Calasans nos pega pelo braço e inicia conosco uma viagem pela história e pela geografia de Sergipe.<sup>30</sup>

Resumo a seguir a apresentação feita por Calasans ao jornalista.

Aqui está a Sala Ivo do Prado contendo mapas, aspectos regionais, autógrafos de grandes homens do Brasil, documentos históricos, cerâmicas regionais, etc.

Essa é a Sala Epifânio Dória, onde estão representadas as figuras da administração pública e das nossas letras.

Adiante a Sala Camerino, cuja denominação remete à participação de Sergipe em movimentos armados. Aí se encontram apetrechos de guerra, capacetes da revolução de São Paulo, objetos do herói de Canudos, de soldados da FEB mortos em combates trazidos dos campos de batalha da Europa.

No último andar do edifício, mais salas são visitadas: Na Horácio Hora, estão quadros dos pintores sergipanos, desde o patrono até Jenner Augusto, o nosso mais jovem pintor. E Calasans chama atenção para “o gosto dos nossos pintores pelas cenas de fogão” como tema.

Sala Felisbelo Freire. Nesta sala está o mobiliário antigo, inclusive um conjunto de móveis de sala em jacarandá que pertencera ao historiador sergipano que dá nome ao espaço. A um canto, há duas cadeiras

---

<sup>29</sup> CARDOSO, Rita Leila. *Breve História do Primeiro Congresso de História e Geografia de Sergipe 1942-1946*. Universidade Federal de Sergipe: São Cristóvão, 2005. Monografia (Graduação em História).

<sup>30</sup> VERGARA, Ruben. Uma visita à Casa da História e da Geografia. *Sergipe Jornal*, Aracaju, 9.10.1946.

onde trabalharam o bispo D. Quirino de Souza e o jurista Gumersindo Bessa. Há destroços da Igreja do Geru, porcelanas, tudo lá está num atestado eloquente de civilização e nobreza, ao lado de aspectos da cultura indígena e de fósseis.

Por fim, chegam ao último espaço a ser mostrado ao visitante, e devolvo a palavra a Vergara:

Sala sem nome

Esta aqui não tem nome ainda, diz o jovem presidente da nossa Casa de história. Poder-se-ia chamar Sala Etnográfica, ajuntamos. Sim, porque lá dentro é um verdadeiro país de Ogun. Atabaques, ganzás, pandeiros, fitas, todo material indispensável nas festas de pai de santo. Lastimamos a ausência de Freire Ribeiro para nos traduzir tudo aquilo.<sup>31</sup>

A sugestão do jornalista de que se chamasse sala etnográfica, ao contrário das demais que eram batizadas com nomes de personalidades de destaque em várias atividades, sugere a dificuldade de encontrar um patrono adequado para denominá-la ou, simplesmente, pode resultar do fato de o material ter sido recolhido à sala em abril e, até outubro, época de visita do jornalista, aí permanecer carente de arranjo e organização.

Diante da multiplicidade de objetos mudos, sem nenhuma informação, é sintomática a reação do jornalista ao adentrar o “país de Ogun,” expressão por ele usada para referir-se à “Sala sem nome”. No seu entender, era indispensável a presença de alguém para “traduzir tudo aquilo”, ou seja, identificar e revelar o significado das peças reunidas, dar sentido ao que parecia muito esotérico, além de exótico. Freyre Ribeiro foi o intelectual lembrado para desvendar os mistérios dos objetos ali depositados, tornando-os inteligíveis para os seus pares, sinal de que ele deveria dominar os códigos dos terreiros.

---

<sup>31</sup> VERGARA, Ruben. Uma visita à Casa da História e da Geografia. *Sergipe Jornal*, Aracaju, 9.10.1946.

#### 4. SEM NOME, SEM REGISTROS, SEM LEMBRANÇAS.

Cronologicamente, essa é a última referência escrita que até então encontrei sobre as peças dos terreiros recolhidas ao Instituto.<sup>32</sup> A elas não se reportam autores que se referem ao Museu do IHGSE, logo depois, como é o caso de Mário Cabral. Em seu livro *Roteiro de Aracaju*, primeira edição de 1948, uma espécie de guia sentimental da capital sergipana, inclui um capítulo sobre a macumba e fala dos museus de Aracaju: O Museu de Arte e Tradição, uma entidade particular criada e mantida por José Augusto Garcez e o “Museu do Instituto Histórico, organizado por Epifânio Dória”. Neste último, o autor destaca a rica coleção de retratos de figuras importantes da nossa história, o canhão deixado por Labatut em Laranjeiras, além dos troféus de guerra trazidos dos campos europeus pelos expedicionários sergipanos.<sup>33</sup> Nenhuma palavra, contudo, sobre os objetos trazidos dos terreiros.

Referência mais alentada ao Museu do IHGSE encontra-se no livro *Realidade e destino dos museus*, da autoria de José Augusto Garcez, fundador do museu particular acima referido e incentivador da vida cultural local, sobretudo através da edição de obras patrocinadas pelo Movimento Cultural de Sergipe, por ele criado na década de 50. É do final dessa década (1959) a segunda edição desse livro, do qual não consegui recuperar a data da primeira edição. Empenhado em fazer o poder público assumir a tarefa de manter um museu em Aracaju, incorporando as peças que reunira no seu museu particular fundado em 1948, ele apresenta um quadro geral dos museus sergipanos: Museu Horácio Hora, em Laranjeiras e os outros dois localizados em Aracaju, o Museu

---

<sup>32</sup> Observe-se que estou me referindo à primeira metade do século XX. Trabalhos recentes fazem referência à existência das peças do IHGSE, mas sem se deter sobre elas. Em um deles as peças são divulgadas eletronicamente, embora a autora enfoque mais a perseguição que os objetos em si. Ver AGUIAR, Janaína. Objetos exóticos e do baixo espiritismo: a memória da repressão da polícia aos terreiros de Aracaju no acervo do IHGSE. In: *Revista Museitec*. Vol. 1. Número 1, Dezembro 2012. <https://sites.google.com/site/revistamuseitec/>. Acessado em agosto de 2013.

<sup>33</sup> CABRAL, Mário. *Roteiro de Aracaju*. Aracaju: Banese. p. 194.



Sergipano de Arte e Tradição e o Museu do IHGSE. Reporta-se a este à época, ocupando “uma sala no térreo e um salão no segundo andar”, e apresenta um balanço geral em que se sobressaem as ausências. Falta de serviço de classificação, fichário, catálogo, etiquetagem das peças, controle de visitantes, sala de exposições temporárias e comemorativas, estatuto, enfatizando, em resumo, a falta de meios propícios de “defesa contra os estragos do tempo, tudo o que seja de acordo com os princípios técnicos modernos”. Informa que Epifânio Dória, a quem tece elogios, exerce a “Direção e administração”, contudo o acúmulo de atividades no IHGSE “impedem-no que se dedique exclusivamente ao MUSEU”.<sup>34</sup>

Na literatura consultada é patente a invisibilidade das peças dos terreiros inseridas no museu pela ação da polícia. Também as atas do IHGSE, excetuando o registro de ingresso das peças, não mais fazem referências a elas. Silêncio e esquecimento parecem ser a marca específica dessa coleção, que também está ausente na tradição oral dos anos 70.

Valendo-me das lembranças pessoais deixo um depoimento sobre fatos ocorridos nos primeiros anos da longa gestão de Maria Thétis Nunes (1972-2003). No início da década de 70, eu era habitual frequentadora do IHGSE na condição de pesquisadora da documentação referente aos índios, ao tempo em que me iniciava nos estudos de campos sobre folclore e religiões afro-brasileiras. Talvez por essa razão e pelo trabalho de reorganização que eu iniciara no Arquivo Público Estadual (APES), a Presidente me consultou sobre a possibilidade de organizar os objetos vindos dos terreiros. Levou-me a conhecê-los. Não lembro se estavam no térreo ou também em sala do segundo andar. O estado dos objetos era lastimável. Recordo vagamente de tambores, de objetos de cerâmica (alguidares, quartinhas), de madeira e metal (espadas, bastões, gamelas) sementes, miçangas, conchas (adereços) etc. Uma peça chamou particularmente minha atenção pela profusão de cauris – conchas usadas como moedas em certas regiões da África, no século XIX e de largo uso nos terreiros ainda hoje. Era um elaborado

---

<sup>34</sup> GARCEZ, José Augusto. *Realidade e Destino dos Museus*. 2ª ed. Aracaju: Regina, 1959, p. 38-40

adorno de cabeça constituído por uma base de papelão revestida de tecido, na qual estava afixada grande quantidade de cauris. Estava a desmanchar-se com o rompimento dos fios que uniam as conchas e as prendiam à base. Providenciou-se colocá-lo numa embalagem plástica para evitar perdas.

Indaguei sobre a procedência dos objetos e a Professora Thétis não tinha informação. Livro de Tombo, catálogo, ou, ao menos, uma relação dos objetos, nada foi localizado. Já não se podia contar com Epifânio Dória, a memória viva da instituição. Diante daquele amontoado de objetos sem identificação e nenhuma informação, eu que vinha de uma extenuante experiência de organização do Arquivo Público do Estado, durante a qual fora obrigada a abrir mão das pesquisas, considerei que seria temeridade, para não dizer irresponsabilidade, abrir uma nova frente de trabalho, sem nenhum conhecimento de museologia e traquejo com cultura material. Encontrava-me assoberbada de trabalhos na UFS onde, além do grande número de aulas, tinha assumido oficialmente compromissos de pesquisa.

Verbalmente, do mesmo modo como me chegara a consulta, comuniquei à Presidente do IHGSE que, naquele momento, não seria possível assumir a tarefa. Sugeri que seria interessante embalar as peças e guardá-las em lugar seguro para evitar perdas, ficar de sobreaviso para ver se descobriria alguma referência documental na Instituição e aguardar alguém mais gabaritado para tratar daquele acervo de origens desconhecidas e tão mal cuidado.

No final nos anos 70, a política governamental do Estado interessou-se por acervos das religiões de matriz africana, criando um Museu Afro-brasileiro em Laranjeiras, inclusive adquirindo peças do extinto Museu de Arte e Tradição, o museu particular de José Augusto Garcez; apesar disso, os objetos dos terreiros depositados no IHGSE permaneceram invisíveis e silenciosos.

Desconcertante é saber que assim continuaram por toda a década de 80, quando no plano nacional aprofundava-se o interesse pelo negro e por suas heranças africanas. Um amplo projeto de registro e catalogação dos acervos afro-brasileiros das coleções existentes em museus

nordestinos, inclusive em museus de institutos históricos foi desenvolvido por iniciativa do Instituto Nacional de Folclore.<sup>35</sup> Sob a coordenação de museólogo e pesquisador Raul Lody foram catalogadas as coleções afro-brasileiras sob a guarda do Instituto Histórico da Bahia e de Alagoas, além de acervos de museus universitários e outras entidades culturais do Nordeste.<sup>36</sup> Mas, nada foi feito em Sergipe, apesar de Raul Lody ser frequentador habitual do Encontro Cultural de Laranjeiras.

No IHGSE, as práticas relacionadas ao diversificado acervo permaneceram, por longo tempo, circunscritas à sua guarda. Não era apenas a coleção afro-brasileira que carecia de documentação, arranjo e cuidados especiais. Carente de suporte financeiro e sem a benemerência do Estado, o Instituto se debatia com as dificuldades de sua sobrevivência.<sup>37</sup> Especificamente em relação ao Museu, no início do século XXI, avaliou o historiador Itamar Freitas, autor de importantes trabalhos sobre o IHGSE:

O Museu ainda está organizado como um “gabinete de curiosidades”, situação que o transforma em fonte não somente da prática heurística/memorialística da instituição e de sua deficiência numerária, mas também do relativo “atraso” da museologia científica em Sergipe.<sup>38</sup>

<sup>35</sup> O Instituto Nacional de Folclore, vinculado à Funarte, substituiu a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e, mais tarde, transformou-se no Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, hoje integrado ao IPHAN.

<sup>36</sup> GEISEL, Amália Lucy. *Coleções e Catálogos*. In: LODY, Raul. *Pencas e Balangandãs da Bahia*. Rio de Janeiro: FUNARTE/INF, 1988.

<sup>37</sup> Sobre as dificuldades do IHGSE na gestão de Thétis Nunes, ver DANTAS, Ibarê. *História da Casa de Sergipe*. Os 100 anos do IHGSE, 1912/2012. São Cristóvão: Editora da UFS, 2012, p. 335-345. Sobre a situação dos acervos, ver DANTAS, Beatriz Góis. O IHGS: história e arte de SE. *Jornal da Cidade*, 03.06.2003. Caderno C4. Republicado no *Correio de Sergipe*, Caderno Especial Memórias de Sergipe, 13.07.2003. O IHGS: depositário da memória histórica e artística de Sergipe.

<sup>38</sup> FREITAS, Itamar. *A escrita da História da Casa de Sergipe – 1913-1999*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2002, p. 19.

No Museu Galdino Bicho, apenas se reuniam e guardavam os objetos, enquanto uma parte deles era apresentada ao público sem um planejamento prévio de exposição.



Sala do Museu Galdino Bicho, 2002

Foto: acervo do IHGSE

## 5. A MUSEOLOGIA CHEGA AO MUSEU DO IHGSE

Em 2003, inaugura-se uma nova gestão e tem início um período de intensa renovação da Instituição, beneficiada por uma conjugação de forças favoráveis que permitiram angariar apoios de segmentos da sociedade civil e política, provocados pela determinação do presidente da entidade, Ibarê Dantas e pelo envolvimento da Diretoria.

O ponto de partida foi a elaboração de novo estatuto, condizente com a política modernizadora que se pretendia implantar na Instituição. Rompendo com uma prática administrativa oriunda do estatuto aprovado em 1949, que concentrava na Secretaria Geral os cuidados com o Museu, o Arquivo e a Biblioteca, a nova orientação foi no sentido de agregar profissionais dotados de conhecimento especializado, e dispostos a colaborar, gratuitamente, para cuidar dos acervos específicos.

Foram criadas duas diretorias: a de Arquivo e Biblioteca, coordenada pelo historiador Itamar Freitas e a de Museu e Pinacoteca, tendo à frente a museóloga Verônica Nunes. Com os recursos angariados junto ao poder público, parlamentares, empresários, convênios firmados com entidades diversas, mensalidades e doações de sócios, foi possível imprimir nova dinâmica administrativa e reativar a atividade cultural da Instituição, reorientada pelos avanços da tecnologia e dos conhecimentos especializados.<sup>39</sup>

Quanto ao Museu e a Pinacoteca, Verônica Nunes já elaborara um Projeto contendo análise das exposições e um esboço de roteiro de trabalho, incluindo uma proposta conceitual e tratamento das coleções.<sup>40</sup> Animada pelo entusiasmo das equipes de trabalho e com alguma reflexão sobre acervos museológicos,<sup>41</sup> associei-me ao grupo e colaborei com algumas discussões e sugestões para a reorganização dos acervos da Instituição.

Apesar de intensas buscas no Arquivo, não foi localizado o Livro de Tombo, nem se encontraram relações de objetos, a exceção de uma lista manuscrita por Epifânio Dória, enumerando as moedas estrangeiras e uma relação sumária das pinturas expostas na Pinacoteca. Nas fontes primárias, buscavam-se incessantemente documentos sobre a procedência das peças, doadores, data de entrada na Instituição, transferências de objetos para outras entidades<sup>42</sup>, informações básicas para compor referências sobre os objetos, definir coleções, elaborar catálogos, enfim, as atividades próprias dos museólogos.

---

<sup>39</sup> Ver Relatórios anuais publicados na Revista do IHGSE e DANTAS, Ibarê. *História da Casa de Sergipe*. Os 100 anos do IHGSE, 1912/2012. São Cristóvão: Editora da UFS, 2012.

<sup>40</sup> NUNES, Verônica Maria Meneses. *IHGSE: Museu e Pinacoteca*. (Diagnóstico e proposta de mudanças) 2002. Documento Digital.

<sup>41</sup> Em meados da década de 80 comecei a me interessar por exposições e museus, e passei a frequentar cursos, congressos, contribuindo na instalação e funcionamento do Museu do Homem Sergipano/UFS, onde convivi com Verônica Nunes.

<sup>42</sup> Muitas peças saíram do acervo do IHGSE para compor o Museu Histórico de Sergipe, inaugurado em 1960, na cidade de São Cristóvão. As atas do IHGSE revelaram-se a fonte mais importante sobre o acervo da Instituição.

Ao deixar a direção do Museu e da Pinacoteca, Verônica, com sua equipe de estagiários, tinha inventariado o acervo das duas secções; produziu minucioso Catálogo das obras de arte em pintura e desenho, descrevendo mais de uma centena de quadros, biografando autores e personagens retratados, obra disponível apenas em versão digital.<sup>43</sup> Fez ainda Inventário da coleção de numismática, organizou a reserva técnica, montou seis exposições temporárias, além da exposição de longa duração do Museu.

Quanto aos objetos dos terreiros, agora se tinha, pelo menos, duas certezas: eram resultantes da perseguição policial e aí chegaram em 1946. Isso era tudo o que se sabia e me parece, até agora, é o que se sabe sobre a referida coleção. Desfeitas as esperanças de encontrar algum documento relacionando as tais peças, colocava-se concretamente a dificuldade de identificar exatamente o que viera dos terreiros por intermédio da Chefatura de Polícia, ou melhor, o que restara dessa doação, pois muitos objetos, sobretudo os de materiais perecíveis, certamente tinham já desaparecido. Se havia algumas certezas, em relação aos tambores, por exemplo, pairavam dúvidas em relação a outros artefatos, principalmente os de cerâmica. Estes são de largo uso nos centros de cultos afro-brasileiros de ontem e de hoje. Mas, como distinguir os que vieram dos terreiros, carregados de sua simbologia religiosa, e os que foram incorporados ao IHGSE por outras vias, fazendo parte de outras coleções. Na década de 40, a Instituição tinha uma coleção de cerâmicas regionais, conforme registrava Calasans, enquanto conduzia pelas dependências da Instituição o jornalista Vergara.

Recorreu-se à ajuda de estudiosos dos terreiros de hoje, contudo era sempre uma operação de risco fazer essa separação e canonizar como objeto da coleção afro-brasileira o que não tinha, nas suas origens, essa conotação. Desse modo, foi abrigado na reserva técnica, juntamente com outras peças do acervo, o que se supunha ser proveniente da doação

---

<sup>43</sup> Nos catálogos elaborados faltam dados biográficos de alguns artistas, motivo pelo qual não quis publicá-los. Sobre o criterioso trabalho de Verônica no Instituto Histórico ver DANTAS, Ibarê. *História da Casa de Sergipe*. Os 100 anos do IHGSE, 1912/2012. São Cristóvão: Editora da UFS, 2012, p.402-404).

da polícia e, portanto, integrado à coleção afro-brasileira do IHGSE e lá permanecem à espera dos estudiosos. Alguns objetos, porém, foram incorporados à exposição de longa duração, acessível ao público.

## 6. FRAGMENTOS DA HISTÓRIA DE SERGIPE

Esse é o título da exposição de longa duração com que foi reaberto o Museu Galdino Bicho em novembro de 2005<sup>44</sup>.

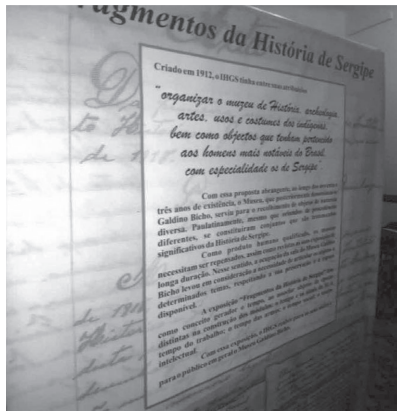


Foto do Acervo do IHGSE, 2005

O grande desafio foi encontrar um fio condutor para expor, em espaço tão reduzido, a diversidade de objetos recolhidos ao IHGSE, ao longo de quase cem anos de existência, acervo multifacetário na sua materialidade, época, procedência e vinculação a diversos aspectos da vida sergipana, como mostrara Calasans, já na década de 40.

Considerou-se que a exposição deveria contemplar a diversidade do acervo da Instituição – essa é sua marca – com a “necessidade de articular os objetos com o intuito de constituir conjuntos temáticos, cujo

<sup>44</sup> DANTAS, Ibarê. Relatório da Presidência do IHGSE. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. n. 35, 2006. p. 311-317.

eixo central foi a noção de tempo embutida em cada um desses objetos, representada por um relógio que não marca mais as horas,” conforme registra o folder da exposição, sem indicação de autoria.

Através dos módulos: Tempo Social, Tempo de Guerra, Tempo de Pensar e Tempo de Fé foram sendo incorporados objetos, fragmentos de uma história refletida no acervo da Instituição destinado à preservação e construção de uma memória sergipana.



Tempo Social



Tempo de Pensar



Tempo de Guerra



Tempo de Fé

Fotos do Acervo do IHGSE, 2005



Da coleção afro-brasileira, os tambores foram os objetos selecionados em razão da sua expressividade material e simbólica. O precário estado de conservação atesta o esquecimento a que foi relegada a coleção. De outra perspectiva, eles contêm uma carga simbólica muito forte numa dupla chave de significações. No interior do sistema religioso, eles estabelecem a comunicação entre os homens e os deuses, enquanto no plano das relações entre os cultos e a sociedade mais ampla, os tambores evocam as batidas policiais que, muitas vezes, chegavam aos terreiros guiados pelos sons denunciadores dos instrumentos musicais. Sob o argumento de perturbadores do sossego público, os tambores e outros objetos foram violentamente retirados dos locais de origem, levados para as delegacias e terminaram no IHGSE.

Um grande silêncio continua a se estender sobre esses instrumentos musicais, suscitando indagações: a que terreiros teriam pertencido? Que o pai ou mãe de santo ordenava aos tocadores dar início à chamada dos orixás? Seriam eles percutidos diretamente com as mãos ou com baquetas? Seu formato alongado seria uma influência dos baianos na formação do segmento afro-sergipano? Na camada mais antiga dos cultos locais, tomando-se como referência o nagô de Laranjeiras, os tambores são abaulados do tipo barrica<sup>45</sup>.

Curiosamente, tambores semelhantes a esses que estão do IHGSE foram selecionados, juntamente com outros artefatos, para representar Sergipe na grande Exposição sobre Folclore Brasileiro montada em São Paulo, em 1954, como parte das comemorações do IV Centenário da Cidade. Realizava-se paralelamente o XXXI Congresso Internacional de Americanistas e o Congresso Internacional de Folclore. Acoplado a este, foi montada a exposição idealizada por Renato Almeida, com “uma série de quadros regionais que dêem, com o aspecto ecológico, a nossa realidade folclórica”, por meio dos quais se pretendia fornecer “uma síntese da cultura popular brasileira, quer material, quer espiritual”.<sup>46</sup>

<sup>45</sup> DANTAS, Beatriz Góis. *Vovó Nagô e Papai Branco*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

<sup>46</sup> VILHENA, Luis Rodolfo. *Projeto e Missão*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1997, p. 219.

A exposição apresentava estandes dos diversos estados da federação e, no de Sergipe, figuravam vários artefatos de menor visibilidade, entre os quais se destacavam as peças de cerâmica e um atabaque com o formato alongado dos tambores depositados no IHGSE.



Estande de Sergipe em exposição realizada durante o Congresso Internacional de Folclore em São Paulo em 1954. Na foto, aparece Renato Almeida, idealizador da mostra. Fonte: VILHENA, Luis Rodolfo. *Projeto e Missão*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1997, p. [239].

No primeiro momento, cheguei a pensar que o tambor da exposição seria um dos instrumentos do IHGSE, ou seja, que um atabaque dessa Instituição teria sido deslocado para São Paulo.

Em favor dessa hipótese, há o fato de que a montagem de cada estande ficou a cargo das Subcomissões Estaduais de Folclore.<sup>47</sup> No caso de Sergipe, a Subcomissão se reunia no prédio do IHGSE e era presidida por Felte Bezerra, membro do Instituto e seu Presidente, entre 1951-1953. Ele se fez presente aos eventos realizados na capital paulista, tendo posado para foto ao lado de eminentes participantes do Congresso Internacional de Americanistas, ao qual se referiu com entu-

<sup>47</sup> VILHENA, Luis Rodolfo. *Projeto e Missão*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1997, p. 219.

siasmo.<sup>48</sup> Contudo, não encontrei na correspondência de Felte Bezerra nada sobre o Congresso de Folclore e a Exposição, realizados em São Paulo. Debalde também foram as pesquisas no arquivo do IHGSE.<sup>49</sup>

Ao comparar mais detidamente as fotos, ficou claro que os tambores, apesar de terem o mesmo formato, são diferentes no encorçoamento e em outros detalhes. De todo modo, é bastante desafiador saber que, na década de 50, tambores dos cultos afro-brasileiros foram selecionados para representar Sergipe, numa exposição em que cada unidade da federação apresentava o que considerava mais representativo de si, ou na linguagem de hoje, os diacríticos de sua identidade.

Os tambores do IHGSE continuam emudecidos. Das sombras desse silêncio, sem menosprezar as atividades estritamente museológicas, emergem outras questões. Ressalto apenas uma, a título de motivar os pesquisadores.

## 7. LEVANTANDO QUESTÕES EM VEZ DE CONCLUSÕES

Considerando que a inclusão/exclusão de objetos relacionados com as religiões afro-brasileiras em museus está conectada às “descobertas” e “redescobertas” sobre o tema do negro pelos estudiosos e com os processos de legitimação dessas religiões<sup>50</sup>, cabe a pergunta:

Como se posicionavam os intelectuais sergipanos – jornalistas, romancistas, poetas, historiadores, folcloristas, antropólogos – que escreviam sobre os terreiros, nas décadas de 30 a 50? Eles falaram sobre a repressão? O que disseram sobre os terreiros? Quais as categorias usadas para qualificá-los?

<sup>48</sup> DANTAS, Beatriz Góis; NUNES, Verônica (Org.). *Destinatário: Felte Bezerra: Cartas a um antropólogo sergipano 1947 - 59 e 1973 - 85*. São Cristóvão: Editora da UFS, 2009, p. 83.

<sup>49</sup> Além das buscas que realizei pessoalmente na correspondência da época, estagiários da instituição, por orientação do seu Presidente Samuel Albuquerque, também pesquisaram sobre as peças dos terreiros e, além do ofício de envio do material, nada foi localizado sobre esse tema.

<sup>50</sup> DANTAS, Beatriz Góis. Inclusão/exclusão em museus: uma abordagem histórico-cultural. *Anais da II Semana de Museus da USP*. São Paulo, 1999. p. 37 – 45.

José Calasans, o Presidente do IHGSE em 1946, não informara ao jornalista Vergara sobre a procedência das peças que estavam na “Sala sem nome”. Se o fez, o jornalista suprimiu a informação. No entanto, no documento oficial em que agradeceu ao Chefe de Polícia a doação do “material de macumba”, Calasans referiu-se a ele como “documento comprovador da ocorrência de ritos religiosos exóticos” (destaque meu). Por duas vezes, no curto ofício, aparece a expressão ritos religiosos, numa delas acompanhada do adjetivo exótico, termo muito usado na época em referências feitas aos cultos afro-brasileiros.

Seria uma forma subliminar de discordar da repressão sobre práticas “da esfera que a autoridade pública reconheceu prejudicial ao meio social”? A sua insistência no uso da palavra religioso seria, talvez, uma maneira sutil de fazer lembrar que as religiões tinham liberdade assegurada na Constituição desde 1891. O que era considerado crime era a feitiçaria, o curandeirismo, ou seja, a parte mágica dos cultos.<sup>51</sup>

E Freire Ribeiro, evocado pelo jornalista Vergara, para “traduzir” o significado das peças reunidas na “Sala sem nome”, a que ele chama de “país de Ogum”, quem é ele? O que escreveu sobre os terreiros, sobre pais e mães de santo?

Em 1943, em entrevista ao jovem sergipano Paulo de Carvalho Neto, mais tarde, antropólogo e romancista de trânsito internacional, inquirido a respeito de “sua admiração sobre o candomblé, da Bahia”, Freire Ribeiro declarou: “– Ah!... O candomblé é uma grande cousa. Tenho também um livro: “Macumbas e Candomblés”.<sup>52</sup> Esse livro chegou a ser publicado? Se não o foi, será que não se encontra esparso nas folhas dos jornais para os quais Freire Ribeiro muito escreveu? Assim ocorreu com o seu livro *Curral* (1948), novela-poema publicada originalmente em capítulos no *Sergipe Jornal*, que tem como fio con-

<sup>51</sup> DANTAS, Beatriz Góis. *Vovó Nagô e Papai Branco*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

<sup>52</sup> A entrevista foi publicada no jornal *Correio de Aracaju*, 06 de maio, 1943. Republicado na Revista da Academia Sergipana de Letras, n. 10, 1943. Tive acesso a essa informação por meio do trabalho inédito sobre Paulo de Carvalho, escrito por Gilfrancisco, a quem agradeço a confiança e a generosidade enviando-me seu texto original.

dutor a trajetória de uma prostituta. Nele retrata, com bela linguagem, o submundo de Aracaju, na chave da literatura social da época. No livro-denúncia *Curral*, denominação do lugar onde viviam as vítimas do mais degradado meretrício da cidade, há referências a macumbeiros e despachos, fazendo algumas citações nominais de chefes de terreiro e de sua atuação no corpo social da cidade.<sup>53</sup>

Freire Ribeiro era companheiro de Zózimo Lima, outro jornalista, habitual frequentador dos terreiros aracajuanos. Já em 1934, há artigo seu sobre esse tema, ao qual retorna em vários momentos de sua longa e prolífica vida de escritor.

Enfim, a escrita dos intelectuais sergipanos sobre as religiões populares que se abrigam sob a denominação de afro-brasileiras, na primeira metade do século XX, assunto tratado *en passant* por Janaína Aguiar,<sup>54</sup> é um campo promissor de pesquisa; entre muitas outras possíveis contribuições, ajudaria a aclarar o clima intelectual da época em que os “objetos dos terreiros” fizeram seu ingresso no IHGSE e aí permanecem silenciosos.

Artigo recebido em 04 de maio de 2014.

Approved em 20 de maio de 2014.

---

<sup>53</sup> RIBEIRO, Freire. *Curral*. Aracaju: [s.i], 1949.

<sup>54</sup> AGUIAR, Janaína. “*Brincadeiras de Santo*”: uma contribuição à história dos antigos cultos afro-brasileiros em Aracaju-SE (1920-1960). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2008. Monografia para obtenção do Bacharelado em História.

